

5 Considerações Finais

Na primeira parte, ao analisarmos os trabalhos de Martin Wight e Hedley Bull, vimos como eles estabeleceram os principais eixos teóricos e conceituais constitutivos da Escola Inglesa. Wight, em seus primeiros trabalhos, enfatiza a questão da hierarquia do sistema e do poder que rege a política internacional. Mas, conforme salientaram Hedley Bull e Carsten Holbraad, para Wight, em seu livro *A Política do Poder*, a idéia de que a política das potências toma a forma de uma luta pelo poder é apresentada de maneira experimental e interrogativa. Vimos, assim, que, mesmo em 1946, Wight já enfatizava a questão de como a idéia de uma sociedade internacional pode “modificar o funcionamento da política do poder”, dando sinais de seu racionalismo, que seria desenvolvido em trabalhos posteriores.

A ênfase da Escola Inglesa no conceito de sociedade internacional deveu-se, em grande parte, à influência de Wight, que resgatou o pensador holandês do século XVII, Hugo Grotius, como uma alternativa ao estado de guerra hobbesiano e ao universalismo kantiano. Discordando da dicotomia realismo/idealismo, Wight elaborou três tradições de pensamento sobre relações internacionais — racionalista, realista e revolucionista, ou maquiavélica, grotiana e kantiana, respectivamente — que o permitiram explorar a interpenetração entre a teoria e a prática da política internacional. As três tradições são, provavelmente, sua maior contribuição para a Escola Inglesa e para o estudo das Relações Internacionais de modo geral. Vimos que, atualmente, muitos teóricos consideram as suas três tradições como uma importante fonte de questionamento sobre a natureza do conhecimento teórico e sua relação com a prática da política internacional. Vimos também que o trabalho de Wight é uma negação das dicotomias que muitos comentadores lhe atribuem.

Ao analisarmos o trabalho de Bull, vimos que sua concepção de sociedade internacional baseia-se nos interesses e intenções dos agentes, portanto, é passível de ser transformada. E, contrariamente ao que argumentou Steve Smith, a ordem, para Bull, não é algo “dado”, mas depende dos princípios sistêmicos de legitimidade que estão na sua base. Há uma tensão entre os três elementos — hobbesiano, grotiano e kantiano — que convivem simultaneamente. Bem como, há uma tensão entre as

concepções pluralista e solidarista da sociedade internacional, com o ceticismo de Bull tendendo, a princípio, para o lado pluralista.

No entanto, ao analisarmos, na segunda parte, o desenvolvimento da Escola Inglesa, percebemos que a tendência apontava — mesmo que ainda retendo uma forte dose de ceticismo — para o lado solidarista. Para Bull, a sociedade internacional precisa se mostrar como um ordenamento legítimo para os Estados pós-coloniais. Ele via de forma positiva o desafio que a “revolução contra o ocidente” impôs à velha ordem colonial européia. Mas, ao mesmo tempo, detectava que a ordem ficava, assim, de certa forma, mais frágil, pois, na sociedade internacional mundial, era preciso encontrar um *modus vivendi* em um mundo multicultural. Bull chamava atenção para o fato de que, apesar de recentemente uma noção de “consciência moral cosmopolita” ter ganho força, ela deveria ser vista como uma noção incipiente, dados os limites e restrições que essa noção ainda sofria na sociedade internacional. Muitos teóricos viram uma abertura a potenciais críticos na análise das tensões entre formas exclusivas e universais com que Bull procurou lidar nos seus últimos trabalhos.

A análise dos debates ocorridos nos anos 1980, sobre a identidade e a validade da contribuição da Escola Inglesa, permitiu-nos retomar alguns pontos anteriormente analisados, ao mesmo tempo em que nos mostrou tendências que começavam a ganhar força. Uma importante tendência, que se confirmou e se fortaleceu nos anos 1990, foi o crescente interesse pelos trabalhos dos autores da Escola Inglesa, confirmado pela própria existência de ativos debates sobre o seu legado e possível potencial.

A análise empreendida nesta dissertação concorda com os trabalhos que argumentam que a Escola Inglesa tem sido mal interpretada como um derivativo do realismo,¹ tratem eles das “interpretações que colocam a Escola Inglesa no paradigma realista *tout court*, ou das que vêem a Escola Inglesa como uma forma de ‘realismo normativo’, distinto do neo-realismo mas próxima do realismo clássico”.² Ver os teóricos Escola Inglesa como realistas é vê-los de uma maneira como eles não se viam:

¹ DUNNE, *Inventing International Society*, p.1.

² ALMEIDA, *Challenging Realism by Returning to History*.

Bull disse inequivocamente em 1979: “I am not a realist”.³ Wight colocou que: “minhas predisposições são racionalistas”.⁴

Destacamos, ao discutir a visão de Bull sobre a teoria de Relações Internacionais, sua visão de que o realismo clássico de Morgenthau *et al* é um produto de uma circunstância histórica particular. Bem como, destacamos as diversas críticas aos realistas feitas por Wight e Bull. Dessa forma, identificar as origens da Escola Inglesa com o começo do Comitê Britânico tem a função de mostrar como, desde o início, os teóricos da Escola Inglesa se viam participando de um “diálogo pós-realista”.⁵ Para Almeida, isso mostra que a Escola Inglesa, “não é *meramente* distinta do realismo, mas desenvolveu uma das mais *importantes alternativas* à teoria realista”.⁶

³ Hedley Bull, citado em ALDERSON; HURRELL, *International Society*, p.22. Na visão de Vincent, “Hedley Bull stood four-square in the Grotian or rationalist tradition, towards its pluralist extremity in the early writing on Hobbes and on Grotius himself, more towards the solidarist extremity in the later writing on the expansion of international society”. R. J. VINCENT, *Order in International Politics*, p. 41. Segundo Yale Ferguson, “upon reflection, it was misleading to have implied guilt by association with realists, *from whom Bull earnestly sought to distance himself*”. Yale H. FERGUSON, *Hedley Bull’s The Anarchical Society Revisited: States or Politics in Global Politics?*, p.185 (ênfases minhas).

⁴ WIGHT, *International Theory*, p.268. Segundo, Smith “Wight himself was firmly in the Grotian or rationalist tradition”. SMITH, *Self-Images*, p.13. Ver também, FORSYTH, *The Classical Theory*, p.413; e KINGSBURY; ROBERTS, *Introduction*, p.9.

⁵ A expressão é de Tim DUNNE, *Inventing International Society*, p.5. Ele coloca que, apesar dos trabalhos dos teóricos Comitê Britânico terem sido debatidos na academia de Relações Internacionais, esta avaliação tem sido feita sem uma abordagem contextual da comunidade intelectual que o Comitê formava. Por isso, segundo Dunne, o principal objetivo de seu livro é fornecer tal abordagem e, desta maneira, adicionar um novo capítulo à incompleta historiografia das Relações Internacionais. Pois, segundo coloca, “the English School is an important voice in academic International Relations which has either not been heard or *has been misrepresented as a derivative of realism*” (ênfases minhas), p. xi e 1. O próprio Dunne, em um trabalho anterior, havia caracterizado a Escola Inglesa como um “realismo liberal”. Mas, posteriormente, passou a rejeitar este tipo de caracterização. Timothy DUNNE, *Realism*. Heather Rae criticou Dunne por essa caracterização: “Timothy Dunne subsumes this school as a form of ‘liberal realism’, but this does not do justice to the rationalists’ key idea of a ‘society of states’ underpinned by cooperative behaviour based on shared values, an idea which is quite distinct from the realist notion of a system of states. While it may be argued from a critical point of view that the British school of rationalism is merely a form of realism, this does not do justice to how rationalists saw themselves, and such a view is one which must be explained and defended and would fit best in the chapter on critical approaches. This reading of rationalism is at odds with much in this text which achieves the goal of clear introductory explanations (...)”. Heather RAE, *Resenha do livro The Globalization of World Politics*.

⁶ ALMEIDA, *Challenging Realism by Returning to History*, p.25 (ênfases no original). Buzan coloca a Escola Inglesa como um dos desafios ao realismo, nos anos 1960 e 1970. Barry BUZAN, *The timeless wisdom of realism?*, p.49. Ver também HUTCHINGS, *International Political Theory*, p.63. Para Celso Lafer, “o argumento racionalista, tal como formulado por Martin Wight e Hedley Bull que, inspirados pela tradição de Grócio, se contrapõem ao realismo”. LAFER, *Prefácio*, p.10.

Conforme explica Dunne, pontos de contato entre as duas abordagens não significa sua convergência. Para ele, a Escola Inglesa compartilha alguns argumentos com o realismo, mas, definitivamente, não é redutível a ele.⁷ Segundo Alderson e Hurrell, apesar dos estereótipos de livros-textos, um realista não é simplesmente alguém que escreve sobre Estados e acredita na importância do poder.⁸ De acordo com Linklater, a Escola Inglesa ou racionalismo — segundo a definição de Wight — tem sido caracterizada como uma distinta variante britânica do realismo que nega a possibilidade de um significativo progresso. Ele observa que essa interpretação não é injustificável, uma vez que uma vertente do racionalismo se inclina em direção à tradição realista, mas nota que isso não faz justiça às suas diferentes tendências intelectuais, que se sobrepõem com modos de pensamento universalistas, e ainda destaca as virtudes do diálogo e do consentimento.⁹

Na terceira parte, analisamos a Escola Inglesa nos anos 1990. Vimos que uma terceira geração tomou como ponto de partida as potencialidades críticas abertas pelas gerações anteriores. Nesse sentido, seus autores foram influenciados pelas interpretações e escritos de teóricos críticos, como Linklater e Der Derian, que reconheciam influências das primeiras gerações da Escola Inglesa e, ao mesmo tempo, mostravam as limitações dessas abordagens. A terceira geração também foi influenciada pelos debates epistemológicos que formaram a base do chamado “terceiro debate”, o que justifica a utilização de uma mais desenvolvida e auto-consciente metodologia pós-positivista.

Muitos desses novos teóricos buscam desenvolver uma teoria solidarista, onde procuram contribuir, por exemplo, para o debate sobre a criação de um direito de ingerência por razões humanitárias. Contudo, a vertente pluralista continua firme e forte, como foi demonstrado no debate entre as duas concepções, em decorrência da

⁷ DUNNE, *Inventing International Society*, p.5.

⁸ ALDERSON; HURRELL, *International Society*, p.22.

⁹ LINKLATER, *The Transformation of Political Community*, p.209. Um exemplo desse tipo de simplificação, que obscurece mais do esclarece, é Fred Halliday. Ele chama a Escola Inglesa de “um grupo de realistas do lado europeu do Atlântico”; diz que o livro de Bull, *The Anarchical Society*, é um dos pilares do neo-realismo e os colocam como uma espécie de “realismo britânico”. Ver Fred HALLIDAY, *Repensando as relações internacionais*, pp. 24, 30 e 111, respectivamente. Por isso, Halliday foi bastante criticado, ver as respostas de Wheeler, Almeida e Dunne à Halliday. WHEELER, *Guardian Angel or Global Gangster*; ALMEIDA, *Challenging Realism by Returning to History*; e DUNNE, *Inventing International Society*.

intervenção da OTAN, no Kosovo, em março de 1999. Vimos que os críticos desse debate, colocam-no representando a impossibilidade da existência da Escola Inglesa, uma vez que os desacordos teriam tomado tal proporção que impossibilitaria a possibilidade de re-articulação de uma posição coerente. Isso demonstraria, portanto, que a Escola Inglesa não mais existe.

Discordando dessa posição, procuramos demonstrar os equívocos sobre os quais se baseiam essas conclusões. Em primeiro lugar, a Escola Inglesa vê o revigoramento do debate entre as concepções pluralista e solidarista como fundamental para compreender o contexto normativo do pós-Guerra Fria. Ambas as concepções vêem os debates sobre os valores da sociedade internacional como essencial.

Em segundo lugar, os críticos parecem ver como uma espécie de anomalia o fato de, hoje em dia, haver teóricos de inclinações críticas na Escola Inglesa. Mas eles não percebem que esses teóricos procuram sempre se basear no legado de Wight, Bull, Vincent *et al.* Um exemplo disso é que, conforme explicamos, esses teóricos procuram reter um pouco do ceticismo de seus antecessores, pois seria errôneo supor que eles, ao modo de alguns tipos de revolucionismos descritos por Wight, procuram transcender o sistema de Estados. Eles, ao modo de Bull, procuram investigar os limites do solidarismo na sociedade internacional. Ou seja, procuram ver até onde e quando a sociedade internacional é capaz de desenvolver princípios expansivos de justiça, como, por exemplo, não permitir que considerações de soberania estatal e segurança internacional estejam à frente da proteção dos direitos humanos. Também ao modo de Bull, esses teóricos reconhecem que a expansão em escala global de uma “consciência moral cosmopolita” ainda sofre grandes restrições, como ficou patente na inação da sociedade internacional frente ao genocídio em Ruanda, ou na relutância das potências ocidentais, no caso do Kosovo, em aceitar pagar o preço humanitário de pôr em risco a vida de seus soldados, para salvar “estranhos”, utilizando uma expressão de Nicholas Wheeler (*saving strangers*).

No debate sobre a criação de um direito de ingerência por razões humanitárias, esses novos teóricos da Escola Inglesa vêem o papel do Estado como fundamental. E,

apesar de verem o Estado como o agente mais importante, afirmam que os indivíduos têm um papel fundamental. Conforme explica Wheeler:

Solidarism relies on states acting as trustees of **common humanity**, but what emerges from a study of state practice in the 1990's, is that it is not states but an emergent global civil society which is the principal agent promoting humanitarian values in global politics.¹⁰

Governments are notoriously unreliable as rescuers, but where else can we turn to save those who cannot save themselves? At present, it is only states that have the capabilities to fly thousands of troops halfway round the world to prevent or to stop genocide or mass murder. The challenge, then, for those working in human rights NGOs, universities, and the media is to mobilize public opinion into a new moral and practical commitment to the promotion and enforcement of human rights. This change in moral consciousness will not guarantee intervention when it is morally required. What it will do is heighten awareness on the part of states leaders that they will be held accountable if they decide not to save strangers.¹¹

Assim como para Bull, as respostas a perguntas sobre intervenção humanitária e questões normativas em geral estavam sempre sujeitas a mudanças,¹² para esses novos teóricos, “as questões são as mesmas, mas são as respostas que mudaram”.¹³ De forma geral, eles dizem: “Ao analisarmos o nosso mundo contemporâneo, nós podemos chegar a diferentes conclusões das que Bull chegou, mas a sua estrutura de análise continua relevante hoje em dia”.¹⁴ Por isso, os críticos se equivocam ao verem nessa nova geração da Escola Inglesa um repúdio às gerações anteriores. Os próprios teóricos da nova geração negam isso, e demonstram em seus trabalhos que a influência das gerações anteriores formam a base de suas análises. O fato é que “a nova geração que continua a se identificar conscientemente com os textos clássicos da Escola Inglesa é mais receptiva à influências da filosofia, teoria social e história mundial, do que seus antecessores”.¹⁵ O que, logicamente, supõe um maior ecletismo, se comparado com as gerações anteriores.

¹⁰ Nicholas J. WHEELER, *Humanitarian Intervention and World Politics*, p.406 (ênfases no original). Ver também Nicholas J. WHEELER, *Agency, Humanitarianism and Intervention*. Onde Wheeler analisa diferentes perspectivas meta-teóricas sobre a questão da “agência moral”.

¹¹ WHEELER, *Saving Strangers*, p.310.

¹² Ver, por exemplo, BULL, *Preface*; e BULL, *The Anarchical Society*, p.308.

¹³ DUNNE, *New Thinking*, p.223.

¹⁴ ALDERSON; HURRELL, *The Continuing Relevance*, p. 57.

In the end, one reason why the case for closure has not succeeded is that the English School is not at all a sterile or even homogenous regime. Part of the reason why it has flourished of late is that, unlike some orientations in international relations, it has not been vulnerable either to the end of the Cold War or to interpretative challenges to positivism. Its view of the subject has been an expansive one in spatial, cultural, and chronological terms. (...) International relations by a broad definition is filled with such possibilities. In that respect the inheritance of the English School is a rich and complementary one, which ought not to be squandered, as has been suggested, in the role of intersubjectivist *via media* between the latest versions of neo-realist and neo-liberal explanations of international relations. The tradition it recollects embraces both curatorial and critical elements within its horizons, and the conversational metaphor deployed within the tradition as a synonym for the whole of theory implies room for additional voices, the hearing – and not merely the toleration – of which is a matter of hermeneutic insistence.¹⁶

Esse maior ecletismo é, em parte, o que tem feito com que novos desafios teóricos e políticos sejam incorporados e interpretados à luz das mudanças normativas, ocorridas nos últimos anos, e é também o que faz com que a Escola Inglesa possa continuar se renovando.

¹⁵ DUNNE, New Thinking, pp.223-224.

¹⁶ EPP, The English School on the frontiers of international society, p.63.